

Exmo. Senhor Presidente,
Exmos. Senhores Deputados.

Em nome da Acrécimo agradeço a audiência que nos é concedida pela Comissão de Agricultura e Mar, o que muito nos honra, mas também nos responsabiliza face à causa que aqui nos trás.

A Acrécimo, Associação de Promoção ao Investimento Florestal, é uma organização cívica, de direito privado e sem fins lucrativos, que agrega cidadãos de diferentes formações, mas com preocupações comuns no que respeita à Floresta Portuguesa e à necessidade de intervir, de forma responsável e concertada, na garantia da sustentabilidade das suas vertentes económica, ecológica e social.

Muito embora se saiba não serem as mesmas indissociáveis, na presente intervenção iremos dar maior destaque às vertentes económica e social.

A Acrécimo assume-se como uma organização de sensibilização, especialmente vocacionada para valorizar as florestas e os interesses legítimos que a partir destas se originam, pretendendo intervir em

especial junto dos Decisores Políticos e da Sociedade, esta última preferencialmente através dos órgãos de Comunicação Social. Para a realização das suas actividades, a Acréscimo procurará desenvolver acordos de concertação com o sector florestal, através das suas diversas fileiras, tendo sempre por base os princípios de **Desenvolvimento Sustentável**, nas suas componentes ambiental, económica e sócio-política, e de **Responsabilidade Social**.

Nas últimas décadas, a Floresta Portuguesa tem-se vindo a confrontar com crescentes problemas que a tem fragilizado, colocando em causa a sustentabilidade dos recursos naturais renováveis que gera. Daí a necessidade, cremos nós na Acréscimo, em fomentar o investimento na floresta, ou melhor, nos diferentes sistemas florestais existentes em Portugal.

Quando nos referimos a investimento, caracterizado como a aplicação de algum tipo de recurso com o objectivo de gerar um determinado rendimento no futuro, vemo-lo num sentido amplo, aplicável a qualquer tipo de bem ou serviço, proporcionado a partir ou com base na floresta, e que origine negócio, emprego e desenvolvimento, sobretudo em meio rural, proporcionando melhoria da qualidade de vida às populações. Existem contudo um conjunto de bens e serviços, oriundos

da floresta, mas que até ao momento são intangíveis, sendo necessário que sobre eles se debrucem as Universidade e centros de Investigação, no sentido de os poderem qualificar e quantificar. É fundamental, que a Sociedade, ainda mais no regime económico vigente, tenha presente todo o valor que as florestas lhe podem aportar, para assim melhor as poderem valorizar. Ainda no que respeita à aplicação de recursos, assumem especial destaque os originados de fundos públicos, ou seja aqueles que resultam dos impostos dos cidadãos, sobre os quais, consideramos na Acréscimo, os critérios de eficiência e de eficácia devem ter especial relevo, para dar garantias claras de que os investimentos financiados trarão benefício assegurado aos investidores, ou seja retorno financeiro aos proprietários florestais e económico a todos nós contribuintes, actuais e futuros.

Importa ainda mencionar que, na Acréscimo, ao referir-nos ao investimento florestal estamos longe de nos limitamos a novas florestações, nem a espécies florestais em concreto. A propósito, reforçamos a ideia de que antes de fomentar nova floresta, importa cuidar da existente.

Como ponto de partida, registamos hoje que a Floresta Portuguesa origina um Valor Acrescentado Bruto de 310 Euros/hectare, o valor mais

alto dos 27 Países da União Europeia. O sector florestal Português é, ainda hoje, o 3.º maior exportador da Economia Nacional, destacando-se em relação aos demais em termos do Valor Acrescentado Nacional, onde atinge o 1.º lugar, ou seja, é o que incorpora maior valor nacional por unidade exportada (90 cêntimos por cada Euro exportado). O sector é actualmente responsável por 1,65% do PIB e por 1,8% da população empregada em Portugal. Contudo, apesar do considerável peso do sector na Economia Nacional e do seu ajuste perfeito para resposta às actuais necessidades do País, designadamente no que respeita à criação de riqueza, de emprego e aumento das exportações, o mesmo encontra-se hoje numa encruzilhada.

A ausência de eficiência na implementação de uma estratégia a longo prazo, apesar dos vários esforços desenvolvidos pelo Poder Legislativo, leva ao ponto de se admitir a incapacidade em garantir a sustentabilidade dos recursos florestais e em estimar sérias dificuldades de abastecimento em matéria prima para viabilizar as actuais empresas do sector, não só as de pequeno porte, já há alguns anos confrontadas com problemas gravíssimos de subsistência, mas também as da indústria transformadora pesada, que tendem a procurar fora do País a segurança dos seus investimentos. A acontecer este cenário, não só fica atestada a inoperância de todos nós, para em tempo precaver a

situação, como se fomentará a pobreza, sobretudo em regiões já hoje desfavorecidas, onde o êxodo rural é cada vez mais acentuado. Importa ter presente que, qualquer intervenção política em espaços florestais só produzirá efeitos a médio e longo prazo, mais do que um ciclo legislativo. As árvores levam décadas a crescer, logo a disponibilizar bens, quer seja madeira, cortiça ou frutos, e a proporcionar serviços, como paisagem, espaços de lazer, conservação dos solos e da água.

Ao longo de décadas foram diagnosticados os problemas da Floresta Portuguesa e definidos planos de intervenção, contudo, todos eles não passaram até hoje de processos inacabados. Assim, a coexistência do subaproveitamento do potencial florestal e da sobre-exploração das matérias primas florestais tem-se vindo a agravar há décadas. Urge portanto actualizar posições e garantir, de forma consequente e firme, que as necessárias medidas estruturais de fomento ao investimento florestal se tornem realidade, com especial destaque ao nível:

Do **registo das propriedades rústicas**, instrumento prioritário e determinante para se saber quem é o dono e do quê, sem esta informação básica não haverá política ou estratégia florestal consequente;

Da **fiscalidade**, adaptada a um tipo de investimento específico, com retorno a médio e longo prazos, e que possa incentivar ou penalizar quem pratique ou não uma gestão efectiva nos terrenos sob a sua posse;

Do **controlo dos riscos** e da criação de **seguros**, seja ao nível dos incêndios florestais, ou cada vez com maior impacto, ao nível das pragas e das doenças; e,

Das **fontes de financiamento**, com destaque para a criação de medidas que estimulem a participação da iniciativa privada, designadamente de fundos de investimento imobiliário, fundos de garantia, ou de sociedades de gestão florestal.

A Floresta tem hoje disponíveis, para além dos actuais 3,4 milhões de hectares que ocupa, embora com gestão muito deficiente na sua grande maioria, mais uma vasta área de território hoje considerado abandonado ou semi-abandonado. O País não está em condições de desperdiçar, ou melhor, de desproteger uma tão vasta área do seu território, sujeita a incêndios cíclicos, com a libertação de muitas toneladas de carbono para a atmosfera.

Mais, é a todos os títulos incompreensível que os fundos públicos, nacionais e comunitários, previstos para apoio ao sector no período

2007/2013 estejam, a meados de 2011, com uma taxa de realização residual.

Aliás, o impacto da PAC no sector florestal é muito questionável. Actualmente, está em causa a sustentabilidade da Floresta Portuguesa, subaproveitada, sobre-explorada e desprotegida. Importa aliás esclarecer como foi possível chegar a esta situação, depois de investidos milhares de milhões de euros dos contribuintes nas florestas.

A situação actual é de tal forma grave, que é publicamente assumida pela Autoridade Florestal Nacional, quando admite que **“dentro de 15 anos não teremos material lenhoso”** para viabilizar as necessidades de consumo das empresas do sector. Apesar da PAC, Portugal importa actualmente cerca de 2 milhões de metros cúbicos de material lenhoso, com um custo anual estimado em 200 milhões de Euros.

Apesar dos apoios da PAC às florestas, os dados do último Inventário Florestal Nacional evidenciam, na última década e nas três principais fileiras florestais, um decréscimo de área de pinhal bravo, espécie com forte impacto nas exportações de madeiras e de mobiliário, a manutenção da área de sobreiro, com impacto nas exportações de cortiça, sendo que, ocorreu um aumento da área de eucalipto,

associada ao sector da paste e papel, espécie que curiosamente não obteve apoios da PAC na última década.

Como fator de garantia da transparência da aplicação de verbas públicas, também nas florestas, importa divulgar o impacto passado das mesmas, quanto aos montantes aplicados, às áreas florestais envolvidas e aos retornos até agora obtidos. Neste sentido, é imprescindível que sejam prestadas informações, por programa de apoio (PEDAP, PAMAF, AGRO e PRODER), sobre os montantes atribuídos, as áreas florestais beneficiadas, por espécie e tipo de investimento, as produtividades respectivamente obtidas e se proceda a uma avaliação do impacto da PAC na economia florestal em Portugal.

Assim, teremos todos muito trabalho pela frente, isto se quisermos efectivamente alterar um destino nefasto, que a nada ser feito, será inevitável. Por isso, no que à Acrécimo diz respeito, manifestamos agora o nosso total empenho em colaborar na mudança de rumo. 2011, Ano Internacional das Florestas, é um óptimo momento para essa mudança. Deixamos este desafio aos demais intervenientes directos e indirectos na Floresta para, em parceria, podermos acordar pontos comuns e definir estratégias concertadas de actuação. Estamos em crer que todos poderemos ganhar, e com isso o País também ganhará.

Para finalizar, quero mais uma vez agradecer, na pessoa do Senhor Presidente e em nome da Acrécimo, a oportunidade que nos foi concedida pela Comissão, bem como o interesse dos Senhores Deputados em escutar-nos, e manifestar o nosso total empenho em, caso seja considerado oportuno pelo Parlamento, promover com e dentro desta Instituição, iniciativas de estratégia e de sensibilização em favor da Floresta Portuguesa, tendo para o efeito sido igualmente solicitada uma audiência a S. Exa. a Senhora Presidente da Assembleia da República.

Bem Hajam.

Assembleia da República
Comissão Parlamentar de Agricultura e Mar
Lisboa, 9 de Novembro de 2011

Paulo Pimenta de Castro
Direcção da Acrécimo